



Recensão a *O Arqueólogo Cordial. A Junta Nacional da Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*, de Rui Gomes Coelho

Vítor Oliveira Jorge

Práticas da História, n.º 9 (2019): 261-267

www.praticasdahistoria.pt

Rui Gomes Coelho

*O Arqueólogo Cordial. A Junta
Nacional da Educação e o
enquadramento institucional da
arqueologia portuguesa durante
o Estado Novo (1936-1974)*

Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018, 153 pp.

Vítor Oliveira Jorge*

Fazem muita falta obras de história da arqueologia em Portugal. É certo que há abundante documentação e já existem bastantes “depoimentos” pessoais ou tentativas parciais no sentido de pensar essa história. Mas uma obra – desejavelmente mais do que uma, claro, porque qualquer história parte sempre de uma “teoria” subjacente, e o que seria importante seria o cruzamento de várias perspetivas – que se leia como um conjunto estruturado (por exemplo, a partir do século XIX), não existe.

É bem sabido como o salazarismo se interessou pelos monumentos da nacionalidade, carismáticos e simbólicos para a sua conceção de Portugal, mas, ao contrário de outros regimes ditatoriais, menosprezou a arqueologia, mesmo como elemento de propaganda. Faz sentido: a arqueologia é um apanágio da modernização¹, que Salazar sempre tentou travar.

Tem, porém, havido por parte de certos autores uma tendência para resgatar figuras do nosso passado recente, consideradas arqueólogo(a)s, fazendo-o por vezes mesmo com um carácter evocativo, comemo-

* Vítor Oliveira Jorge (vitor.oliveirajorge@gmail.com). Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Av. de Berna, 26 C, 1069-061, Lisboa.

¹ Julian Thomas, *Archaeology and Modernity* (Londres: Routledge, 2004).

rativo e até laudatório, quando tais figuras, se comparadas com o que se fazia na mesma altura na Europa e noutras áreas mais “desenvolvidas” a este respeito, dificilmente mereceriam o título de arqueólogo(a)s, a não ser na aceção pejorativa de amantes de velharias ou antiguidades e de praticantes mais ou menos musculados de uma amadora (mas por vezes muito destrutiva) prática de desenterrar monumentos e objetos.

Ou seja, a nossa arqueologia tem uma “pré-história” que vem até uma fase bastante adiantada do século XX, em que verdadeiramente não havia, praticada por portugueses, e, salvaguardadas raras exceções bem conhecidas, uma verdadeira arqueologia nacional, realizada em bases modernas, tanto ao nível do ensino e investigação, como ao nível da administração pública, central ou local. Isto apesar da existência de muitas pessoas conscientes deste facto, e que tentaram lutar, antes e depois do 25 de Abril, contra o anacronismo, também neste campo.

A arqueologia portuguesa, hoje especialmente entregue a empresas, e raramente consagrada a uma investigação sustentada de equipa, continua numa situação pobre, o que também se nota em certa escassez de debate contemporâneo sobre questões de orientação teórica, as quais, evidentemente, obrigam sempre à inter e transdisciplinaridade. A preencher o vazio, há muitos eventos e algumas tentativas por parte dos(as) mais advertidos(as) para ultrapassar os constrangimentos, e pensar a prática e a história da arqueologia de uma forma realmente interessante². Com certeza, Rui Gomes Coelho pertence a essa minoria, e por isso o seu livro é, desde logo, de saudar.

Assim, tudo o que escrevi antes serve para enquadrar o leitor no “pano de fundo” esquemático que é o meu no momento em que pego,

² Uma dessas tentativas de perceber o que aconteceu para ser possível este anacronismo da nossa “arqueologia” – a acompanhar o nosso anacronismo geral relativamente a um mundo ocidental onde a social-democracia se implementou e, com ela, uma academia mais séria e mais exigente – pode exemplificar-se, entre outras, na obra de fôlego de Sérgio Alexandre Gomes, apresentada em 2011 à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É citada, aliás, pelo autor do livro aqui em análise, e intitula-se “O Passado, a Identidade e as Teias do Governo. Estudos sobre os Entrelaçamentos das Práticas de Produção do Conhecimento Arqueológico e de Construção da Identidade Nacional Salazarista”, e é uma tese de doutoramento com 660 páginas que devia ser publicada. Sérgio Alexandre da Costa Gomes, “O Passado, a Identidade e as Teias do Governo. Estudos sobre os Entrelaçamentos das Práticas de Produção do Conhecimento Arqueológico e de Construção da Identidade Nacional Salazarista” (Tese de Doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011).

também como leitor curioso, neste livro, cujo autor, com já longo *curriculum*, emerge quando a minha própria carreira chega ela mesma à sua última fase (completou o mestrado em 2010 na FCSH da UNL e o doutoramento em 2017, na Universidade de Binghamton), autor que, significativamente, tem um *curriculum* que passa por vários países, e se encontra atualmente a trabalhar nos EUA.

A obra em apreço começa com um prefácio de Manuel Loff, conceituado especialista do Estado Novo, prossegue com um prólogo em que Rui Coelho explica as motivações do livro, continua com um primeiro capítulo de Introdução, e no capítulo seguinte dedica-se a expor os antecedentes da Junta Nacional da Educação, desde 1929. Na verdade, só o capítulo 3, entre as páginas 51 e 92, é que se debruça mais propriamente sobre a atuação da JNE, uma vez que logo o capítulo 4, no seu título e primeiro subtítulo, reitera a verdadeira intenção de todo o trabalho: a de caracterizar a “economia dos afetos” que dominava as instituições do regime, e a de mostrar como também na arqueologia e nas relações entre os seus praticantes vigorava a figura do que designa o “homem cordial”. Trata-se de, partindo da arqueologia e a ela voltando, compreender facetas do “sistema de valores salazarista” (p. 97) e de mostrar como ele procurou “moldar os espíritos” por forma a docilizá-los dentro de uma disposição propiciadora do “consenso”, própria aliás do condicionamento mental de todas as ditaduras. Através de uma interiorização subtil, muitas vezes implícita, dos comportamentos e dos discursos alinhados pelos do “chefe” – e, portanto, através de um exercício de uma violência simbólica que apartava o que se fazia e dizia, quem fazia e dizia, e como podia fazer e dizer, do resto – cada instituição era, como refere o autor a propósito de quem se sentava à mesa da JNE, “[...] um microcosmos do mundo ideal em que a ditadura se projetava” (p. 94). Assim, todas as perspetivas, e eventuais críticas, discordâncias, ou mesmo rivalidades entre os protagonistas de cada sector, se harmonizavam dentro de um regime geral de obediência ou “espírito de concórdia”, corporizando uma anemia que aliás era a tónica do salazarismo, a “arte” de tudo fazer para parar o devir, como tão bem tem caracterizado Fernando Rosas em numerosas ocasiões³.

³ Por exemplo, nos livros Fernando Rosas, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar* (Lisboa: Tinta-da-China, 2013) – obra que o autor não cita – e Fernando Rosas, *Salazar e os Fascismos* (Lisboa: Tinta-da-China, 2019).

Algum lastro dessa longa experiência coletiva perdurou, e ainda hoje está presente, como aliás Rui Gomes Coelho oportunamente sugere.

A obra de Rui Gomes Coelho toca em vários pontos que suscitariam uma longa “conversa”: desde logo a questão já referida de se haveria – antes da geração a que pertenceu ter entrado para o serviço ativo no ensino das universidades e de outras modificações profundas que se evidenciaram sobretudo após o 25 de Abril – uma “arqueologia” verdadeiramente digna desse nome em Portugal (praticada por nacionais), se comparada, por exemplo, com muitos outros países da Europa. Basta ver a quantidade de estrangeiros que aqui trabalharam e que realmente produziram trabalhos ou obras de referência – só para citar alguns, Breuil, Zbyszewski (mas este com a principal incumbência de atuar em geologia, embora tenha tido importância no estudo do Quaternário), o casal Leisner, Jean Roche (chamado por Mendes Correia), Hermanfrid Schubart e Sangmeister (as suas escavações do Zambujal, em Torres Vedras, foram capitais para a formação de vários portugueses), H. N. Savory (responsável pelo único registo estratigráfico do sítio calcolítico de Vila Nova de S. Pedro, e pela primeira tentativa de “síntese” da pré-história da Península⁴), etc.

A primeira verdadeira “escola” de arqueologia (sobretudo para a época romana) que surgiu em Portugal foi a de Coimbra, que aproveitou e incrementou da melhor maneira as condições que ali se criaram, liderada por Jorge de Alarcão na Universidade e por Adília Alarcão em Conimbriga, cujo museu foi fundado em 1962⁵. Trata-se de um corte significativo com o que antes existia⁶.

4 É significativo que a editora Thames & Hudson tenha encarregado este galês, e não qualquer “arqueólogo” ibérico, a escrever o livro *Espanha e Portugal* para uma sua célebre coleção, o qual foi traduzido pela Editorial Verbo em 1969.

5 Afirmo isto mesmo em público, no programa televisivo Curto-Circuito, onde fui entrevistado por Laura Soveral, nos inícios dos anos 70, antes de me licenciar e, portanto, antes do 25 de Abril. O que provocou alarme em certas pessoas (o programa tinha grande audiência nacional, e eu referi que na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em contraste, não havia condições de trabalho para os estudantes de arqueologia), mas teve uma consequência imediata positiva: o que era um grupo de “amigos” foi transformado no informal mas eficaz GEPP – Grupo para o Estudo do Paleolítico Português –, a quem o Prof. Fernando de Almeida concedeu, por meu intermédio, uma sala no Museu Nacional de Arqueologia, nos Jerónimos.

6 Recordo-me de ter participado em 1966, no Porto, no V Colóquio Portuense de Arqueologia, organizado pelo Centro de Estudos Humanísticos e coordenado pelo afável D. Domingos de Pinho Brandão. A única comunicação ali apresentada que me transmitiu (com que apreendi) algo foi a de Adília Alarcão.

Onde especialmente se pode também notar uma rutura positiva, ainda por cima porque trouxe à tona uma arqueologia pré-histórica praticada em novas bases, é em casos excepcionais como o do Gabinete da Área de Sines, onde Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares realizaram, nos anos 70 e 80, inovador trabalho de pesquisa, graças a qualidades próprias, mas também às condições que lhes foram proporcionadas, a que não é alheia a ação do Eng.⁹ António Guterres nos inícios dos anos 70; o mesmo António Guterres cujo governo, em 1995, viria a interromper as obras da barragem do Côa para proteger o nosso melhor património arqueológico em termos universais. Outro grande acontecimento que rompeu com o que era a pobre rotina da nossa “arqueologia” foi o salvamento possível da informação respeitante à arte rupestre do vale do Tejo, no início dos anos 70, cujo mérito se deve ao GEPP, um grupo de jovens, e à mediação, junto das entidades apoiantes, por parte do Dr. Eduardo da Cunha Serrão. Foi, na altura, uma operação sem precedentes, devido à ameaça da barragem de Fratel.

Um problema que se me põe em relação à obra de Rui Gomes Coelho é a escolha, por certo irónica, mas mesmo assim, quanto a mim, discutível, do conceito de “homem cordial” (neste caso, “arqueólogo cordial”); duvido que essa ideia “brasileira” de “cordialidade” – conotada com a busca de uma suposta identidade brasileira pela geração dos anos 30 – seja a mais adequada para expressar o que o autor pretende. Tentar caracterizar os países e/ou os povos através de certas predisposições comportamentais a-históricas é sempre um exercício um tanto resvaladiço...⁷. Como é sabido, foi o brasileiro Rui Ribeiro Couto (1898-1963) quem sugeriu aquela palavra/conceito – “homem cordial” –, depois (1936) usada por Sérgio Buarque de Holanda na obra, tornada clássica, *Raízes do Brasil*⁸, e que tem dado origem, naquele país, a prolongado debate⁹.

7 Erro em que terá caído o todavia excelente José Gil, filósofo subtil, no seu livro de intervenção, provavelmente o menos bom que saiu da sua inteligente pena. José Gil, *Portugal, Hoje: O Medo de Existir* (Lisboa: Relógio d'Água, 2014). O facto de ter sido um *bestseller* é também significativo...

8 Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

9 Veja-se, por exemplo, Ronaldo Vainfas, “Gilberto e Sérgio”, artigo inserto no jornal *Folha de*

O que me parece de facto importante é tentar, com a ajuda de quem tem estudado o fascismo português e o tem comparado com outros fascismos europeus (não como movimentos, mas como regimes), compreender claramente a sua política cultural, o que ela acentuou e tornou emblemático, o que ela silenciou, o que ela menosprezou. E, para além disso, e já ao nível do quotidiano, algo de muito subtil, o tipo de “atmosfera” que instalou, o quotidiano “cinzento” que por toda a parte implementou... Ora, o que era emblemático estava ao serviço de um núcleo de ideias e de orientações programáticas centrais do salazarismo, entre outras, o organicismo e o corporativismo. Tratava-se de redespertar as raízes ancestrais da nação, aviltadas pelo liberalismo e pela sua invenção das liberdades centradas no indivíduo, e de reerguer o orgulho nacionalista, esmagando quaisquer dissensões (a luta de classes criada pelo socialismo).

A Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (dominada por engenheiros e sem “arqueólogos”, dirigida que estava para restaurar a “grandeza” dos monumentos mais “carismáticos”), por um lado, e eventos como a Exposição do Mundo Português dos anos 40, ou o Portugal dos Pequenitos em Coimbra (inaugurado no mesmo ano), por outro, são exemplos, entre muitos, da política fascista do nosso património e da sua encenação pública, que era constante.

Sem, portanto, diminuir o indiscutível interesse deste livro de Rui Gomes Coelho, contributo útil para a “pré-história” da arqueologia portuguesa, campo em que tanto escasseiam livros que se encontrem no mercado livreiro, acessíveis a um público que continua pouco motivado para a importância da arqueologia, fica-nos a certeza de que, não só o autor, mas todo um conjunto de jovens investigadores farão, progressivamente, o balanço, tanto quanto possível equilibrado, daquilo que foi a nossa arqueologia desde pelo menos os anos 60 até hoje, passado quase um século.

BIBLIOGRAFIA

Gomes, Sérgio Alexandre da Costa. “O Passado, a Identidade e as Teias do Governo. Estudos sobre os Entrelaçamentos das Práticas de Produção do Conhecimento Arqueológico e de Construção da Identidade Nacional Salazarista”. Tese de Doutoramento em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011.

Gil, José. *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d' Água, 2014.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Rosas, Fernando. *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

Rosas, Fernando. *Salazar e os Fascismos*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

Thomas, Julian. *Archaeology and Modernity*. Londres: Routledge, 2004.

Referência para citação:

Jorge, Vítor Oliveira. “Recensão a *O Arqueólogo Cordial. A Junta Nacional da Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)* de Rui Gomes Coelho.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 9 (2019); 261-267.